

ONDE? COMO?: a presença das crianças negras nas pesquisas em educação

*Pamela Cristina Santos
Joana Célia dos Passos*

Resumo

Este artigo analisa pesquisas na área da educação que abordam as relações sócio-raciais entre crianças negras e brancas, publicadas no banco de dados da Capes e nos Grupos de Trabalho (GTs) da Anped, no período de 2007 a 2017. Foram identificados sete estudos que serviram de base para refletirmos sobre três aspectos centrais: os localismos globalizados presentes nas abordagens, as limitações metodológicas recorrentes e a relevância do uso de intersecções (como raça, gênero e classe) para aprofundar os conhecimentos sobre a infância. Observa-se, entre os resultados, uma tendência ao uso universalizante do conceito de criança, desconsiderando especificidades culturais e raciais. A etnografia aparece como metodologia predominante nas investigações que têm crianças como sujeitos, o que evidencia um interesse em compreender suas experiências cotidianas. No entanto, nota-se uma lacuna importante no tratamento das relações sociais entre as crianças, especialmente no que diz respeito às dinâmicas raciais. Concluímos que há necessidade de ampliar os enfoques interseccionais e aprofundar a análise das interações entre crianças negras e brancas, a fim de contribuir para uma educação mais crítica, inclusiva e atenta às desigualdades raciais desde os primeiros anos escolares.

Palavras-chave: crianças negras; crianças brancas; pesquisa com crianças; relações sócio-raciais.

WHERE? HOW?: the presence of black children in educational research

Abstract

This article analyzes research in the field of education that addresses socio-racial relations between Black and white children, published in the Capes database and in the Working Groups (GTs) of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (Anped) between 2007 and 2017. Seven studies were identified as the basis for reflection on three central aspects: the globalized localisms present in the approaches, recurring methodological limitations, and the relevance of adopting intersectional frameworks (such as race, gender, and class) to deepen understanding of childhood. The findings reveal a tendency to apply a universalized concept of childhood, often disregarding cultural and racial specificities. Ethnography emerges as the predominant methodology in studies that consider children as subjects, indicating an interest in understanding their everyday experiences. However, a significant gap remains in addressing social relationships among children, particularly concerning racial dynamics. The study concludes that it is essential to expand intersectional perspectives and deepen the analysis of interactions between Black and white children, in order to contribute to a more critical and inclusive education that is attentive to racial inequalities from the early years of schooling.

Keywords: black children. white children; esearch with children; socio-racial relations.

¿DÓNDE? ¿CÓMO? la presencia de las infancias negras en las investigaciones en educación

Resumen

Este artículo analiza investigaciones en el campo de la educación que abordan las relaciones socio-raciales entre niñas y niños negros y blancos, publicadas en la base de datos de Capes y en los Grupos de Trabajo (GT) de la Asociación Nacional de Posgrado e Investigación en Educación (Anped), en el período de 2007 a 2017. Se identificaron siete estudios que sirvieron como base para reflexionar sobre tres aspectos centrales: los localismos globalizados presentes en los enfoques, las limitaciones metodológicas recurrentes y la relevancia del uso de marcos interseccionales (como raza, género y clase) para profundizar el conocimiento sobre la infancia. Los resultados señalan una tendencia al uso universalizante del concepto de infancia, muchas veces sin considerar especificidades culturales y raciales. La etnografía aparece como la metodología predominante en los estudios que tienen a las infancias como sujetos, lo que revela un interés por comprender sus experiencias cotidianas. Sin embargo, se observa una importante laguna en el abordaje de las relaciones sociales entre las niñas y los niños, especialmente en lo que respecta a las dinámicas raciales. Se concluye que es necesario ampliar las perspectivas interseccionales y profundizar el análisis de las interacciones entre infancias negras y blancas, con el fin de contribuir a una educación más crítica, inclusiva y atenta a las desigualdades raciales desde los primeros años escolares.

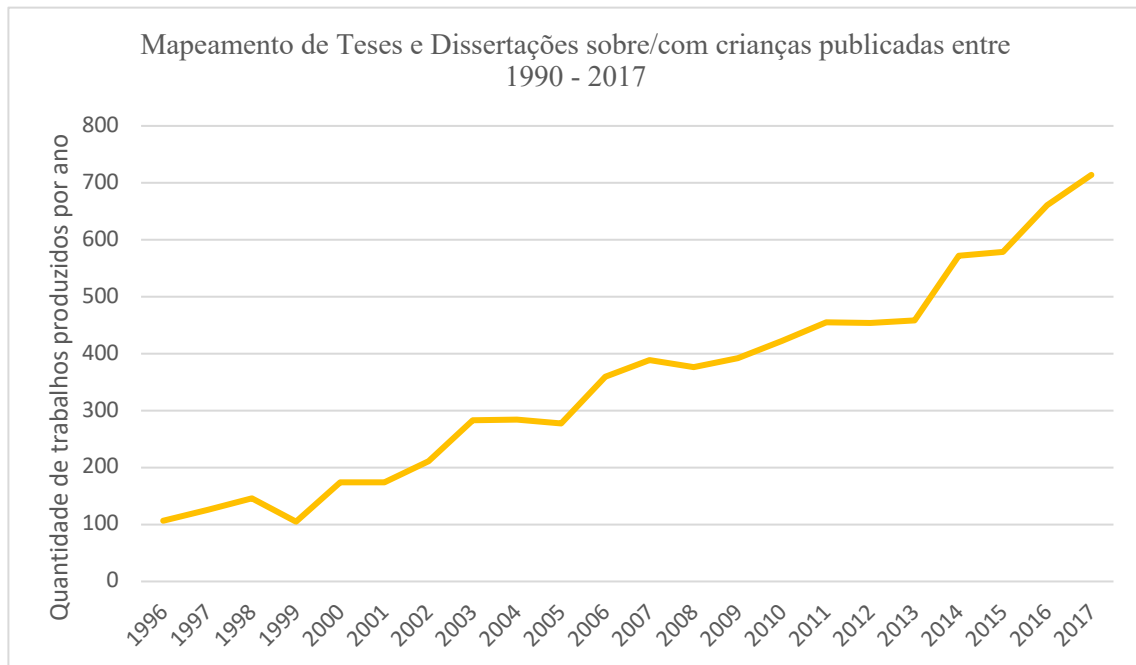
Palabras clave: infancia negra; infancia blanca; investigación con niños; relaciones socio-raciales.

INTRODUÇÃO

A década de 1990, no que tange à preocupação com as crianças, ficou marcada no cenário nacional e internacional devido às lutas para assegurar os seus direitos. Desde então, temos acompanhado uma intensa movimentação, nas mais diversas esferas da sociedade, acerca da preocupação com estes sujeitos. No cenário educacional, mais especificamente nas pesquisas em Educação, não tem sido diferente, uma vez que percebemos um esforço atento e contínuo de pesquisadores/as como Rosemberg (1996), Lima (2015), Gaudio (2015), Dias (2012), e tantos/as outros/as que têm se dedicado a compreender as crianças como sujeitos com especificidades e protagonismo na sociedade.

Os estudos com temáticas que envolvem as crianças e as infâncias se constituem como um objeto de pesquisa que vem ganhando espaço no cenário das pesquisas em Educação. No final dos anos 1990, Rocha (1999) apontou uma crescente preocupação nas pesquisas que tinham as crianças como sujeitos. Avançando nas discussões feitas por Rocha (1999), outros/as pesquisadores/as, tais como Martins Filho e Martins (2012), constatarem os avanços teóricos e numéricos das pesquisas com crianças. Através de uma busca no Banco de Teses e Dissertações da Capes, utilizando os descritores “crianças OR infâncias”, somente na área da Educação, percebemos que as crianças foram aos poucos se tornando sujeitos das pesquisas. Vejamos:

Tabela 1: Número de Teses e Dissertações publicadas no Banco de Teses de Dissertações da CAPES no período de 1990-2019.



Fonte: Banco de Teses de Dissertações da CAPES (2020). Produzido pelas autoras.

Desde 1996¹, as pesquisas em Educação que envolvem crianças passam por uma crescente; em 2017, esse número atinge o total de 714 pesquisas publicadas. O avanço numérico pode ser encarado positivamente quando pensamos nos avanços históricos que essas pesquisas representam. Contudo, para esse momento, nos suscitam algumas questões para reflexão, tais como: quem são essas crianças? A que classe social pertencem? Que cor/raça, gênero e idade possuem? Quais são as motivações das pesquisas que envolvem as crianças enquanto sujeitos da pesquisa?

O levantamento dessas questões se torna crucial, uma vez que estamos compreendendo que, junto com os avanços históricos e sociais, os conceitos, valores e/ou as lentes para determinado problema se alteram. Nesse sentido, observando os avanços científicos trazidos pelas pesquisas em educação estamos compreendendo as crianças como as crianças através da perspectiva de tradução cultural (Santos, 2010). Em outras palavras, compreender o conceito de criança a partir da tradução cultural implica pautar a existência das assimetrias de poder presentes na relação do sujeito criança com o mundo, reconhecendo, a partir disso, as intersecções de raça/cor, gênero, geração, religião e tantos outros eixos que as compõem como sujeitos. Sendo assim, nos distanciamos da universalidade ocidental, homogênea e/ou fixa do conceito de criança e nos aproximamos da criança como sujeito histórico, social, com direitos e com intersecções próprias que podem ser traduzidas por adultos.

Assim, o levantamento dessas possíveis reflexões nos leva ao objetivo deste artigo, que consiste em mapear e analisar as pesquisas em educação, localizadas nos bancos de dados da

¹ O ano de 1996 aparece como o primeiro, nos registros do Banco de Teses e Dissertações, em que as crianças aparecem nas pesquisas em Educação.

Capex e Anais da Anped, entre 2007 e 2017, e que têm como foco as relações sócio-raciais estabelecidas entre crianças negras e brancas. Para atingir nossos objetivos, utilizamos os seguintes descritores: criança AND tensionamentos raciais, criança AND racismo, criança AND relações étnico-raciais, criança AND socialização, criança AND conflitos raciais e criança AND interação social. No que tange às buscas feitas nos anais da Anped, fizemos uso dos mesmos descritores, concentrando nos Grupos de Trabalho (GT): 07 - Educação de crianças de 0-6 anos; 13 - Educação Fundamental; e 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais².

APRESENTAÇÃO DAS PESQUISAS ENCONTRADAS NAS BASES DE DADOS CAPES E NOS ANAIS DA ANPED

Realizadas as buscas pelas dissertações e teses, a partir dos descritores apresentados anteriormente, encontramos 3 produções, duas dissertações e uma tese; já nos GTs da Anped encontramos 4 artigos. Durante nosso percurso para chegar a este número, encontramos pesquisas em que as crianças estavam diretamente ligadas aos títulos, resumos e palavras-chaves, mas que, no desenvolvimento do trabalho, as crianças não apareciam como sujeitos da pesquisa, apenas eram abordadas em temas que as transversalizavam, tais como: formação docente, educação infantil, práticas pedagógicas e educação das relações étnico-raciais. Embora todas essas temáticas nos sejam muito caras, aqui elas escapam do nosso foco de nos concentrarmos nas relações estabelecidas entre as crianças. Por esse motivo, os números para análises são mais restritos, o que, por sua vez, nos permite problematizar que, ainda que as pesquisas com as crianças estejam crescendo, o protagonismo delas na apresentação escrita dos resultados ainda escapa aos(às) pesquisadores/as.

No que tange ao dado de raça/cor dos/as pesquisadores/as, nem todos/as realizaram sua autodeclaração racial no texto final da pesquisa; assim, compreendendo a importância de localizar racialmente os sujeitos, optamos por realizar a heteroatribuição³ daqueles/as que não o fizeram, tal como ilustrado na tabela 2.

² Salientamos que as buscas foram refeitas acrescentando os anos de 2018-2023 e os resultados permaneceram os mesmos, não havendo motivos para alterações no texto.

³ Utilizamos a Heteroatribuição racial somente para os/as pesquisadores que não realizaram a autodeclaração no decorrer do texto da pesquisa, para tanto utilizamos ferramentas de busca de imagens, para tanto, utilizamos as fotos disponibilizadas pelos/as pesquisadores/as em seus lattes e/ou redes sociais.

Tabela 2: Mapeamentos das publicações encontradas atrelado ao dado autodeclaração ou heteroatribuição dos/as pesquisadores/as.

CAPES			
Nº DE PUBLICAÇÕES ENCONTRADAS	PESQUISADOR/A	Autodeclaração Racial	Heteroatribuição Racial
3	Marluce Leila Simões Lopes	Negra	
	Flávio Santiago	Branco	
	Ana Carolina Batista de Almeida Farias		Negra
ANPED			
4	Lucineide Nunes Soares	-	Negra
	Santuza Amorim da Silva		Negra
	Ivone Jesus Alexandre		Branca
	Eduarda Souza Gaudio	Branca	
	Arleandra Cristina Talin do Amaral	Branca	

Fonte: Produzido pelas autoras, 2020.

Sintetizamos na Tabela 2 a autodeclaração ou heteroatribuição racial dos/as pesquisadores/as, por considerarmos que a raça constitui um dos pilares de constituição da sociedade eurocêntrica (Quijano, 2010), ao passo que também localiza espacialmente o ponto de partida dos/as pesquisadores. Assim, percebemos que temos uma maioria de pesquisadores/as brancos/as e que, destes/as, apenas uma não sinalizou seu pertencimento racial; acompanhamos apenas uma autodeclaração.

A localização racial dos/as pesquisadores/as é fundamental, uma vez que pesquisadores/as negros/as e pesquisadores/as brancos/as experienciam a racialização de maneiras distintas: negros/as pelo racismo e brancos/as pela branquitude. Antes de seguir, abrimos um parêntese para explorar nossa compreensão acerca do conceito de branquitude. Nesse sentido, o entendimento teórico da categoria branquitude nesta produção excede a simplificação do conceito atrelada à identificação com o grupo racial branco, constituindo-se, então, como uma posição social de poder e privilégio (Cardoso, 2018). Interpretamo-la a partir de um *locus* de vantagens simbólicas, subjetivas e materiais, que estrutura e sustenta as dinâmicas de hierarquizações sociais, raciais e de gênero. Assim, a *branquitude* opera como um dispositivo de manutenção do racismo, na medida em que naturaliza e reproduz o acesso desigual a recursos,

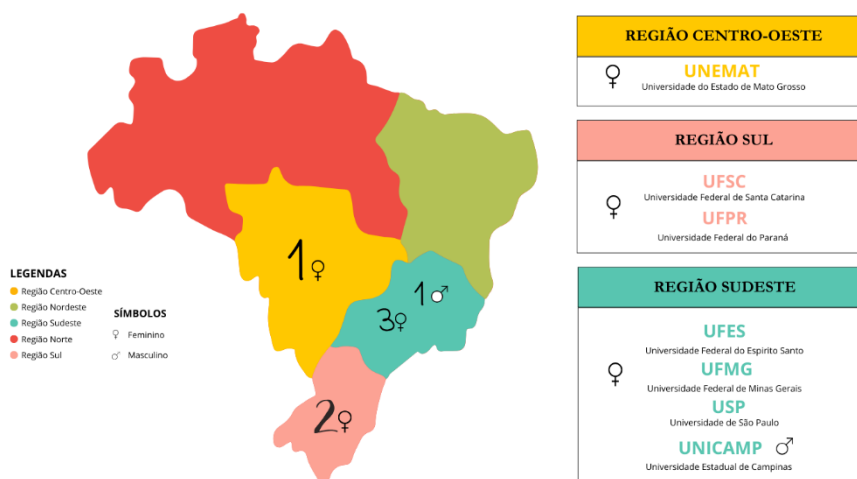
oportunidades e reconhecimento social, contribuindo para a perpetuação de preconceitos e discriminações raciais injustas (Carneiro, 2005; Frankenberg, 2004; Bento, 2002a).

Nesse sentido, a síntese dessas experiências de racialização tende/pode impactar na construção e análise dos dados. Sobre isso, a filósofa Ribeiro (2017) nos auxilia na discussão, ao dizer que em uma sociedade onde o racismo é estrutural os sujeitos são interseccionados/as de diferentes modos que podem ou não contribuir para os processos de inferiorização social e/ou racial. Nesse sentido, raça/cor, religião, gênero e/ou região de origem das pesquisas (pesquisadores/as?) são elementos fundamentais na composição das pesquisas.

Ainda, localizamos também as regiões oriundas das pesquisas, classificando-as por regiões, gênero dos/as pesquisadoras e universidades às quais estão filiados/as. Assim temos:

Figura 1: Mapeamento das produções a partir dos dados: Região da instituição de origem da pesquisa e sexo dos/as pesquisadores/as.⁴

Mapeamento das produções a partir dos dados: Região da instituição de origem da pesquisa e sexo dos/as pesquisadores/as



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

A partir do mapa, percebemos que a região Sudeste concentra os maiores números das produções, seguida da região Sul, Nordeste e Centro-Oeste, respectivamente. Considerando a universidade o *locus* da produção do conhecimento científico, historicamente ocupada por homens brancos, destacamos que as mulheres pesquisadoras contribuem, em ampla maioria, nesta produção para os diálogos sobre relações étnico-raciais, principalmente na educação. De todo modo, isto nos permite afirmar que as mulheres estão presentes na pós-graduação, pensando e

⁴ Reconhecemos a relevância dos dados apresentados e a necessidade de aprofundar o debate acerca das desigualdades raciais na produção de conhecimento sobre crianças negras na educação, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. No entanto, diante dos limites temáticos e estruturais deste artigo, compreendemos que tal reflexão demanda um tratamento mais amplo e aprofundado, permanecendo, portanto, em aberto para futuras produções.

produzindo conhecimento, corporificando o rompimento com a normatividade eurocêntrica iluminista, onde o homem é o produtor da razão.

O Censo Educacional do Ensino Superior de 2016 constatou que, das 8.048.701 matrículas, 57,2% são ocupadas por mulheres (INEP, 2016); dados como estes nos permitem incidir sobre os locais ocupados por estas mulheres dentro das universidades. O Censo Educacional de 2016 evidenciou que as mulheres representam mais de 75% das matrículas nas áreas de Saúde e Bem-Estar Social, Educação e Serviços (INEP, 2016). Reconhecemos a relevância social, histórica e política da presença feminina no ensino superior; entretanto, é importante destacar que as áreas de conhecimento com maior concentração de mulheres estão diretamente relacionadas ao cuidado, à educação e aos serviços.

O gênero, enquanto categoria social fixa, colonial e binária, expressa marcações de subalternização para aqueles/as que não se identificam enquanto homens; tão logo as mulheres aparecerem majoritariamente em áreas socialmente desvalorizadas nos diz das ressonâncias da racionalidade hegemônica colonial, branca e patriarcal. Com isto, apontamos que a presença significativa das mulheres nas pesquisas relacionadas às crianças e infâncias não é só uma escolha pessoal, mas é também reflexo da produção hegemônica dos espaços sociais destinados aos corpos sociais das mulheres nas sociedades modernas ocidentais.

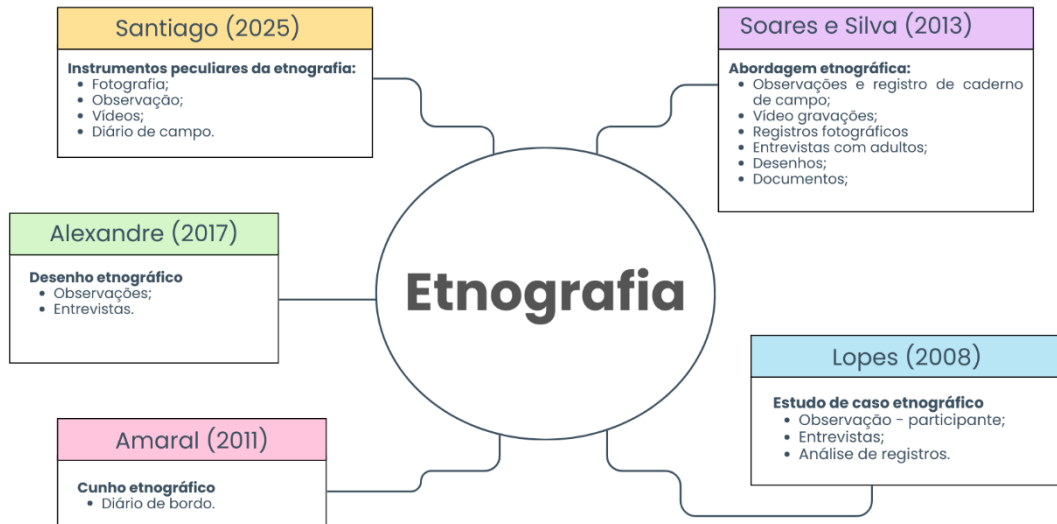
Ainda, vejamos que, em todo levantamento de produções realizado, foi registrada a produção de apenas um pesquisador (homem), que, ao decidir realizar sua pesquisa dentro de uma instituição de Educação Infantil, espaço majoritariamente feminino, esbarrou nos limites do gênero. Quando o referido pesquisador afirma: “A minha inserção no Centro de Educação Infantil promoveu grandes movimentações e desconfianças na equipe pedagógica” (Santiago, 2015, p. 43), este sinaliza que os corpos que se deslocam da norma histórica e socialmente estabelecida constroem tensões frente ao que é visto como normativo. Assim, a produção do corpo masculino como violento, forte e/ou resistente circunscreve e alimentam as hierarquias de gênero expressas nos dados apresentados pelo Censo Educacional do Ensino Superior.

DA METODOLOGIA AO RESULTADO: ONDE ESTÃO AS CRIANÇAS NEGRAS?

Das produções encontradas, percebemos que, com exceção de Lopes (2008), os demais pesquisadores/as elegeram a Educação Infantil como local de encontro com seus sujeitos de pesquisa. Os diálogos teóricos são fundamentados nos estudos da Sociologia da Infância, principalmente no que tange a fundamentação da escolha metodológica. Dentro desses diálogos, os/as pesquisadores/as utilizaram como referência o texto produzido por Sarmiento (2005) em que este aponta a etnografia como metodologia de pesquisa mais adequada para ser utilizada nas pesquisas com crianças.

Analisando as pesquisas mapeadas, verificamos que todos/as os pesquisadores/as retiram da etnografia alguns elementos para construir ferramentas metodológicas que melhor conversem com seus objetivos e renomeiam tais combinações, fazendo referência à etnografia, sem, no entanto, assumi-la como metodologia de pesquisa, tal como mostra a sistematização abaixo:

Figura 2: Sistematização das nomeações metodológicas das pesquisas que envolvem crianças



Fonte: Produção própria, 2020.

Chamamos atenção para a variedade de nomeações metodológicas utilizadas nas pesquisas que apareceram no levantamento das produções. Todos/as os/as pesquisadores/as, citados/as no quadro acima, pontuam a observação como ferramenta de pesquisa; sinalizamos que, embora Amaral (2013) pontue isto, no decorrer do seu texto a pesquisadora referencia-se nos estudos de Corsaro (2005). O debate em torno dos “usos e abusos” da etnografia nas pesquisas educacionais, como problematizado por Valente (1996), constitui um marco importante no campo da educação ao questionar a apropriação acrítica de métodos e conceitos oriundos da Antropologia. Como evidencia Valente (1996), existem riscos na realização de uma transposição metodológica descontextualizada, na qual o termo “etnografia” é frequentemente utilizado de forma superficial, sem o devido rigor teórico e epistemológico que o método requer.

Essa discussão surge em um contexto em que a etnografia começa a ganhar espaço nas investigações educacionais, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, quando pesquisadores como Rockwell (1986) e André (1995) passaram a valorizar a compreensão da escola como um espaço cultural e simbólico, destacando as interações cotidianas e as práticas sociais que constituem o processo educativo. Nesse cenário, a crítica de Valente (1996) se mostra fundamental ao reforçar que a etnografia, mais do que um conjunto de técnicas de observação, deve ser compreendida como uma perspectiva interpretativa e relacional, que demanda compromisso ético, rigor analítico e sensibilidade para as relações de poder que atravessam a produção do conhecimento no campo educacional.

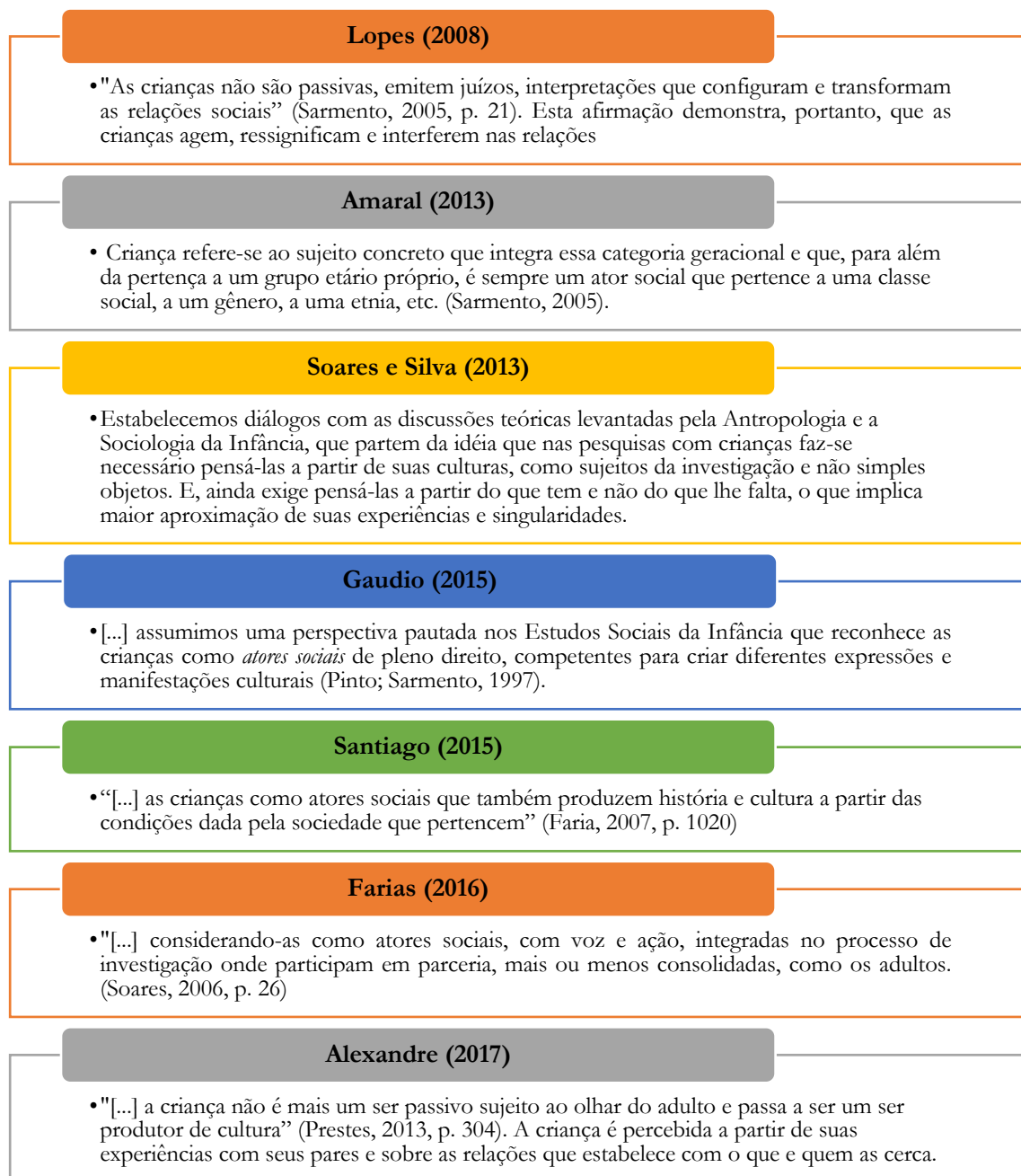
Ao mesmo tempo, o campo educacional tem sido considerado referência no que tange às pesquisas com crianças devido ao seu método de observação participante. Assim, devido às semelhanças de ferramentas metodológicas utilizadas pelos/as pesquisadores/as, retornamos às suas respectivas produções com intenção de buscar pistas das significações destas nomeações

metodológicas. Percebemos também que o uso das tecnologias, tais como fotografias, vídeos e/ou gravações de áudio, servem de amparo metodológico para a construção, exclusiva, do diário de campo. Deste modo, nos permite reforçar a hipótese de que a etnografia, enquanto metodologia utilizada na educação, se caracteriza como porta de entrada para compreender os cotidianos diversos do campo educacional.

Considerando que todas as pesquisas analisadas envolvem as relações étnico-raciais, os/as pesquisadores/as nos sinalizam as limitações de apenas transpor uma metodologia para realidades sociais distintas. Nesse sentido, também as adaptações feitas pelos/as pesquisadores/as sinalizam a necessidade de nos aventurarmos na reinvenção das pesquisas com crianças negras e brancas.

Tendo em mente o referencial teórico utilizado nas pesquisas levantadas e considerando o exposto até esse momento, analisamos a compreensão do conceito de criança para cada um/a dos/as pesquisadores/as.

Figura 1: Sistematização da conceitualização de criança nas produções levantadas



Fonte: Produção própria, 2020.

A sociologia da infância defende a não homogeneização da categoria social criança, tal qual aponta Sarmiento (2005); no entanto, o referencial transcrito nestas pesquisas sobre relações étnico-raciais corrobora com a racionalidade etnocêntrica branca, de modo que, entrelinhas, aponta a criança branca como norma e evidencia a raça das crianças negras para demarcar a distância do padrão normativo. Corroborando com isso, destacamos que todos/as os pesquisadores/as

apontam, ao longo de seus textos, que as experiências vivenciadas pelas crianças brancas são de infâncias muito singulares no sentido de que são atravessadas pelo privilégio da branquitude, o que as distancia das experiências que atravessam as crianças negras.

Neste sentido, vale lembrar os estudos críticos da branquitude⁵, que nascem da necessidade de análise dos lugares ocupados por pessoas de raça branca em países de colonizados pela Europa (Piza; Rosemberg, 2017); portanto, é compreendida como “[...] resultado da relação colonial que legou determinada configuração às subjetividades dos indivíduos e orientou lugares sociais para brancos e não brancos” (Piza; Rosemberg, 2017, p. 23). Nesta linha de pensamento, a raça branca foi se constituindo e se instituindo como padrão de normalidade a partir do “Outro” que lhe é diferente.

Adentrando mais nesse aspecto, revisitamos as últimas publicações dos/as teóricos/as utilizados para referenciar o conceito de criança e percebemos que nos últimos dez anos, nos seus respectivos currículos⁶, não existem publicações que versem sobre crianças sob a perspectiva racial. Ainda, dos/as teóricos citados/as, apenas uma delas é pesquisadora vinculada à universidade brasileira, logo, existe nestes referenciais contribuições importantes para pensar as crianças enquanto conceito. No entanto, estas dizem de um lugar (Europa) e de um modelo de criança (branca) que não são suficientes para dialogar com a diversidade étnico-racial brasileira

Desse modo, nos questionamos se as maneiras como estamos tentando compreender as crianças negras no Brasil dentro das suas realidades e experiências de ser crianças condizem com os referenciais teóricos que estamos utilizando nas pesquisas? Ou estamos tão habituados/as a normatizar as crianças a partir de um localismo globalizado (Tomás, 2011) que reconhecemos as marcas de subalternização e hierarquização que atravessam as crianças, mas permanecemos tentando encaixá-las dentro do que é para nós conhecido. Tão logo, onde estão as crianças negras nas nossas pesquisas? Não estariam sendo estas embranquecidas ou invisibilizadas por nossas referências teóricas que não as traduzem?

Sobre isso, isso nos provoca a refletir sobre o quanto sabemos acerca das crianças negras e ainda sobre o quanto sabemos sobre a percepção que as crianças brancas têm de si mesmas como sujeitos também racializados. Segundo Araújo e Dias (2019) as experiências que negativam o pertencimento étnico-racial das crianças negras corroboram para processos de instabilidades subjetivas; tão logo, torna-se importante inferir que a não problematização da branquitude impacta na constituição das experiências de infância das crianças negras, e que, portanto, emitem alertas de realidades a serem exploradas.

Nas pesquisas mapeadas, os/as pesquisadores/as apresentaram resultados que, quando vistos todos juntos, se entrelaçam para especificar as realidades raciais vivenciadas pelas crianças negras dentro das instituições escolares. Santiago (2015) e Gaudio (2015) apontam, através da interseccionalidade entre raça e gênero, os diferentes modos com que a estética branca impacta nos cotidianos das crianças que enaltecem as crianças brancas ao passo que tentam destituir a negritude das crianças negras.

Santiago (2015) utiliza o conceito de interseccionalidade para costurar, durante toda sua produção, os conceitos de raça e gênero. Ainda, destacamos que as principais tensões abordadas pelo pesquisador perpassam pela estética dos cabelos das meninas dentro da instituição de

⁵ Para mais consultar: Bento (2002a, 2002b), Schucman (2012), Cardoso (2018).

⁶ Jacinto Manoel Sarmento, currículo disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/369829/manuel-jose-jacinto-sarmento-pereira>; Manuel Pinto, currículo disponível em: <https://uminho.academia.edu/MPinto>; Ana Lucia Goulart de Faria, currículo disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/3791227/ana-lucia-goulart-de-faria>; Natalia Fernandes Soares, currículo disponível em: <https://uminho.academia.edu/NataliaFernandes>.

Educação Infantil. Como principais resultados, o pesquisador apontou a manutenção dos privilégios das crianças brancas por meio do que nomeou de “pedagogia da branquitude”; a percepção das crianças negras do racismo por parte da equipe docente; a “destituição” da negritude das crianças negras diante da imposição da cultura colonial; a estereotipação negativa das crianças brancas e o enaltecimento da beleza das crianças brancas.

Ao direcionar seus estudos para a socialização de crianças haitianas nas escolas de Educação Infantil brasileiras, Amaral (2013) constatou que o limite da língua é uma das principais dificuldades de adaptação das crianças e das famílias; a estigmatização das crianças por seus pares e professores/as; “o estranhamento” de crianças brancas com as crianças negras haitianas; a pobreza e a condição de ser imigrante como potencializadores do preconceito sofrido. No que tange às interações entre as crianças negras e as crianças brancas, em que as hierarquizações e subalternizações raciais surgem, Amaral (2013) utiliza Corsaro (2005) para justificar as crianças enquanto sujeitos em formação, com capacidades de reinterpretação das suas realidades e que, portanto, não podem ser consideradas racistas.

Em oposição ao exposto por Amaral (2013), a pesquisa de Lopes (2008) expõe as relações estabelecidas entre crianças negras, indígenas e brancas e ressalta a hierarquia racial das crianças brancas nas diversas relações interracialis estabelecidas na escola. Contudo, Lopes (2008) ainda aponta que, nas relações estabelecidas entre crianças de mesma etnia/raça, outros fatores de hierarquização e subalternização são acionados, tais como gênero, pobreza e/ou qualidade dos materiais escolares.

Em todas as pesquisas analisadas, as crianças brancas só apareciam como brancas em situações em que se necessitava explicitar as socializações raciais entre crianças brancas e negras. Isso nos dá indícios de que a norma para pensar o conceito de criança permanece sendo branca; as socializações que envolvem o imaginário do que constitui o ser criança permanece sendo embranquecidas. Como concluíram os/as pesquisadores/as aqui mapeados, sabemos pouco sobre as crianças negras, ao passo que sabemos igualmente pouco sobre crianças brancas. Assim, neste encontro de resultados semelhantes refletimos: não seria o momento de olharmos para a construção da branquitude através das crianças brancas?

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As pesquisas com crianças negras têm sinalizados a nós pesquisadores/as alguns caminhos (com muito ainda a ser desbravado). A desventura de pesquisar as crianças negras e brancas por uma perspectiva deslocada do localismo globalizado e colonizado nos direciona ao desconhecido. Isto porque estamos começando a compreender um pouco mais sobre as crianças e as infâncias de uma maneira geral; contudo, chegamos a um ponto específico em que necessitamos revisitar o conhecimento já produzido, aprimorá-lo, criando pontos de intersecção tais como raça, classe, gênero, religião e tantos outros possíveis. Nessa desventura de olhar para as pesquisas em educação que têm como foco as relações sociais estabelecidas entre crianças negras e brancas, percebemos ensaios dessas intersecções necessárias para desbravar o ainda não conhecido sobre as crianças negras e brancas. Nas pesquisas, por nós mapeadas, evidenciamos que a Educação Infantil se apresentou como um local de pesquisa recorrente para os/as pesquisadores/as, ao passo que chamamos atenção para as ausências de pesquisas que pensem as crianças, enquanto crianças, dentro da escola nos anos iniciais.

No que tange aos referenciais utilizados, existe forte presença da Sociologia da Infância nas pesquisas levantadas, fato que nos interroga quanto à eficácia dos diálogos teóricos que se

distanciam tanto das realidades sociais das crianças brasileiras. Nesse sentido, consideramos que a Sociologia da Infância, no que tange às relações étnico-raciais, limita o diálogo teórico frente às crianças negras. Salientamos que aspectos da etnografia apareceram em todas as pesquisas levantadas, talvez por influência teórica da Sociologia da Infância e/ou por lacunas metodológicas que a área da Educação tem apresentado.

A ética na pesquisa com crianças foi abordada em todas as pesquisas levantadas como aspecto de preocupação para com os sujeitos das pesquisas, fato este que nos permite pontuar que as configurações recentes das pesquisas são atravessadas por aspectos éticos que não acompanham seus movimentos. Com isto, reiteramos a necessidade de pensarmos a ética na pesquisa com crianças, ao passo que também inferimos sobre a emergência de pensarmos processos que subsidiem as pesquisas com crianças de maneira menos engessada.

Percebemos que os resultados das pesquisas apontam alertas acerca das experiências de infância das crianças negras que estão sendo regadas pelo racismo institucional, ainda que este não seja um dado tão recente, visto que já o encontrávamos nas pesquisas de Fazzi (2006), Rosemberg (1996), Oliveira (2004) e tantos/as outras. Contudo, nas pesquisas analisadas encontramos narrativas sobre as resistências das crianças negras frente às situações de racismo institucional vivenciadas nos cotidianos das instituições, sejam por choros (Santiago, 2015) e/ou manifestações de descontentamento (Gaudio, 2015).

Por fim, destacamos que as pesquisas que transversalizam as crianças nos espaços institucionais já são realidade expressiva e se apresentam principalmente pelos temas: formação de professores/as; análise de práticas pedagógicas; reflexões acerca da Lei 10.639/03; discussões teóricas acerca dos currículos e as relações estabelecidas entre crianças e adultos. Consideramos importantes todas estas discussões, mas destacamos que as relações entre as crianças negras e brancas se constituem ainda como uma temática com necessidades latentes de pesquisas em diferentes regiões do país, visto que pouco se sabe sobre os modos como a raça/cor tangencia as socializações das crianças nos seus cotidianos. Ao passo que também pouco sabemos sobre as crianças negras e suas formas de resistência frente ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Ivone Jesus. “Aquela preta não é minha amiga!”: Interações e socialização de crianças haitianas nas escolas de educação infantil em Sinop/MT. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís do Maranhão. *Anais [...]*. São Luís do Maranhão: UFMA, 2017. p. 1-18. Disponível em https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT21_1298.pdf. Acesso em 22 fev. 2026.
- AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. *A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil*. 2013. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37002>. Acesso em 22 fev. 2026.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.
- ARAÚJO, Débora Cristina de; DIAS, Lucimar Rosa. Vozes de crianças pretas em pesquisas e na literatura: esperar é o verbo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 1-22, 2019. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/88368>. Acesso em 22 fev. 2026.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iracy; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002b. p.1-30.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. 169 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002a. Disponível em https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf. Acesso em 22 fev. 2026.
- CARDOSO, Cíntia. *Branquitude na educação infantil: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis*. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/58134/R%20-%20D%20-%20CINTIA%20CARDOSO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 22 fev. 2026.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em 22 fev. 2026.
- CORSARO, William. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-464, maio/ago. 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/HkDSKzZJJKdsSFtqBHmZxbF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22 fev. 2026.
- DIAS, Lucimar Rosa. Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. São Paulo: CEERT, 2012. p. 98-114. Disponível em <https://media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/educacao-infantil->

[igualdade-racial-e-diversidade-aspectos-politicos-juridicos-conceituais.pdf](#). Acesso em 22 fev. 2026.

FARIA, Ana Beatriz Goulart. Pedagogia do lugar: pequena coleção para colaborar na construção e ocupação dos territórios da infância. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart; MELLO, Sueli Amaral (org.). *Território da infância: linguagens, tempos e relações para uma pedagogia para as crianças pequenas*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007. p. 97-118.

FARIAS, Ana Carolina Batista de Almeida. “Loira você fica muito mais bonita”: relações entre crianças de uma EMEI da cidade de São Paulo e as representações étnico-raciais em seus desenhos. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11082016-125924/publico/ANA_CAROLINA_BATISTA_DE_ALMEIDA_FARIAS_rev.pdf. Acesso em 22 fev. 2026.

FAZZI, Rita de Cássia. *O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem da branquitude. In: WARE, Vron (org.). *Branquitude: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-339.

GAUDIO, Eduarda Souza. Dimensão étnico-racial na educação infantil: um olhar sobre a perspectiva das crianças. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em <https://anped.org.br/biblioteca/dimensao-etnico-racial-na-educacao-infantil-um-olhar-sobre-a-perspectiva-das-criancas/>. Acesso em 22 fev. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da Educação Superior 2016: notas estatísticas*. Brasília: INEP, 2016. Disponível em https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em 10 mar. 2026.

LIMA, Patrícia de Moraes. Infância(s), alteridade e norma: dimensões para pensar a pesquisa com crianças em contextos não institucionais. *Currículo sem Fronteiras*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 94-106, 2015. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/lima.pdf>. Acesso em 22 fev. 2026.

LOPES, Marluce Leila Simões. *O que as crianças falam e quando elas se calam: o preconceito e a discriminação étnico-racial no espaço escolar*. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. Acesso em 22 fev. 2026.

MARTINS FILHO, Altino José; MARTINS, Ana Cláudia Ferreira. A complexidade da infância: balanço de uma década das pesquisas com crianças apresentadas na ANPED/Brasil. In: DORNELLES, Leni Vieira; FERNANDES, Natália (org.). *Perspectivas sociológicas e educacionais em estudos da criança: as marcas das dialogicidades luso-brasileiras*. Braga: Centro de Investigação em Estudos da Criança, Instituto de Educação, Universidade do Minho, 2012. p. 81-106.

NUNES, Míghian Danae Ferreira; CORRÊA, Lajara Janaina Lopes. As crianças negras vistas pela sociologia da infância no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Saber & Educar*, Porto, v. 21, n. 21, p. 87-96, 2016. Disponível em

https://www.academia.edu/50106641/As_crian%C3%A7as_negras_vistas_pela_sociologia_da_inf%C3%A2ncia_no_brasil_uma_revis%C3%A3o_de_literatura. Acesso em 10 mar. 2026.

OLIVEIRA, Fabiana de. *Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?* 2004. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em

<https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/7859799e-f530-4284-8110-30bf5aca3099/content>. Acesso em 22 fev. 2026.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (org.). *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. A cor nos censos brasileiros. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2017. p.123-137

PRESTES, Zoia. A sociologia da infância e a teoria histórico-cultural: algumas considerações. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 22, n. 49/1, p. 295-304, maio/ago. 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 73-118.

RIBEIRO, Djamilia. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. *A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia*. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 1999. (Teses NUP, 2).

ROCKWELL, Elsie. *La escuela: lugar de trabajo docente*. México: DIE/CINVESTAV, 1986.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil, classe, raça e gênero. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 96, p. 3-86, 1996. Disponível em <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/814/824>. Acesso em 22 fev. 2026.

SANTIAGO, Flávio. “O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado”: hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/936043>. Acesso em 22 fev. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/3PLsn8PhMzxZJzvdDC3gdKz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 mar. 2026.

SCHUCMAN, Liane V. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. 160 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOARES, Lucineide Nunes; SILVA, Santuza Amorim da. Relações étnico-raciais e educação infantil: ouvindo crianças e adultos. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia: UFG, 2013. p. 1-12.

TOMÁS, Catarina. *Há muitos mundos: cosmopolitismo, participação e direitos das crianças*. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

VALENTE, Ana Lúcia. Usos e abusos da Antropologia na pesquisa educacional. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 17, n. 42, p. 9-24, 1996. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644228/11655>. Acesso em 22 fev. 2026.

Submetido em julho de 2025
Aprovado em outubro de 2025

Informações das autoras

Pamela Cristina dos Santos
Universidad Nacional de Rosario - Argentina
E-mail: s.pamelacristina@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0260-3318>
Link Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5660393297316857>

Joana Célia dos Passos
Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: passos.jc@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9946-7900>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6523332944786091>